

# vai receber Cr\$ 219 trilhões em 1986

Brasília — O orçamento fiscal da União para 1986, detalhado ontem pelo Ministro do Planejamento, João Sayad, garante um crescimento de 183,8% na aplicação de recursos nas áreas sociais, especialmente os setores como educação, justiça, saúde, trabalho, habitação e cultura, e deverão atingir Cr\$ 219 trilhões 682 bilhões, contra apenas Cr\$ 77 trilhões 400 bilhões este ano.

Coube ao Ministério da Educação a fatia mais substancial do bolo. O Ministro Marco Maciel terá a seu dispor uma verba de Cr\$ 27 trilhões 469 bilhões, ou seja, um crescimento de 315% de 1985 para 1986. Esse excepcional incremento de recursos deve ser creditado aos termos da Emenda Calmon (que destina 13% do total da arrecadação da União para a educação).

A Emenda Calmon foi calculada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (Sofi), órgão do Ministério do Planejamento, sobre a previsão de receita de impostos da União, de Cr\$ 215 trilhões. Trata-se do maior orçamento que o Ministério da Educação já teve desde 1964, segundo explicações de técnicos governamentais.

Assim é que a chamada área social foi contemplada com recursos financeiros capazes de reverter a situação de abandono em que se encontrava nos últimos anos. O Ministério da Saúde, por exemplo, terá disponível em 86 Cr\$ 9 trilhões 742 bilhões, um aumento de 282%. O recém-criado Ministério da Cultura, que este ano teve uma verba extremamente parcimonia, vai dispor em 1986 de recursos orçamentários de Cr\$ 660 bilhões, um crescimento de 304%. O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário também entrou na lista de prioridades do Governo Sarney, contemplado com Cr\$ 2 trilhões 330 bilhões, incremento de 741%.

